



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e NOTAS EXPLICATIVAS 2020

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808



Conteúdo

1. BALANÇO PATRIMONIAL	02
2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	03
3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	04
4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	05
5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	06
6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	07
8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	09
9. DISPONIBILIDADES	15
10. CLIENTES	15
11. ESTOQUES	16
12. IMPOSTOS A RECUPERAR	16
13. DESPESAS ANTECIPADAS	16
14. INVESTIMENTOS	16
15. OUTROS CRÉDITOS	17
16. IMOBILIZADO	17
17. INTANGÍVEL	18
18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	18
19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR	18
20. TED A REALIZAR	19
21. PROVISÕES JUDICIAIS	20
22. PROVISÕES DIVERSAS	21
23. OUTRAS OBRIGAÇÕES	21
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS	22
27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA	22
28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	23
29. DESPESAS COMERCIAIS	23
30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	23
31. DESPESAS DIVERSAS	23
32. RECEITAS DIVERSAS	24
33. DESPESAS FINANCEIRAS	24
34. RECEITAS FINANCEIRAS	24
35. OUTRAS DESPESAS	24
36. OUTRAS RECEITAS	24
37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA	25
38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	25
39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS	25
40. PARTES RELACIONADAS	26
41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI	27
42. EVENTOS SUBSEQUENTES	28

**1. BALANÇO PATRIMONIAL**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(valores expressos em milhares de reais)			
ATIVO	Nota	2020	2019
Ativo Circulante		437.310	446.619
Disponibilidades	9	279.273	304.694
Clientes	10	39.799	27.849
Estoques	11	105.095	100.431
Impostos a Compensar/Recuperar	12	9.980	7.936
Despesas Antecipadas	13	1.778	2.931
Outros Créditos	15	1.385	2.778
Ativo Não Circulante		129.509	127.003
Outros Créditos	15	7.456	7.308
Investimentos	14	2.303	2.303
Imobilizado	16	118.033	115.333
Intangível	17	1.717	2.059
TOTAL DO ATIVO		566.819	573.622
PASSIVO	Nota	2020	2019
Passivo Circulante		92.379	101.922
Fornecedores		3.216	5.791
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	18	18.372	9.498
Receita Orçamentária a Realizar	19	1.519	7.464
TED a realizar	20	5.793	4.289
Adiantamentos de Clientes		8.235	6.289
Provisões Judiciais	21	19.396	11.970
Provisões Diversas	22	19.090	10.553
Dividendos a distribuir		0	25.687
Outras Obrigações	23	16.758	20.381
Passivo Não Circulante		1.165	2.913
Obrigações Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	18	1.165	2.913
Patrimônio Líquido	24	473.275	468.787
Capital Social	24.1	378.460	378.460
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	24.2	6.430	-
Reservas	24.3	115.090	16.039
Superávit à disposição da Assembleia	24.3	0	74.288
Déficit Contábil do Exercício	24.3	(26.705)	-
TOTAL DO PASSIVO		566.819	573.622

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente



**2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019			
(valores expressos em milhares de reais)			
	NOTA	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	25	63.114	74.652
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	26	(45.822)	(46.942)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		17.292	27.710
Manutenção da Capacidade Estratégica	27	(41.221)	(40.458)
Despesas Administrativas	28	(72.671)	(69.618)
Despesas Comerciais	29	(3.020)	(23.982)
Despesas Tributárias	30	(3.902)	(10.552)
Despesas Diversas	31	(35.419)	(21.891)
Receitas Diversas	32	12.712	42.416
RESULTADO OPERACIONAL		(126.229)	(96.375)
Despesas Financeiras	33	(476)	(2.179)
Receitas Financeiras	34	11.360	25.366
Outras Despesas	35	(301)	(2.642)
Outras Receitas	36	3.538	4.292
Receita Orçamentária	37	85.403	120.418
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		(26.705)	48.880
Imposto de Renda e Contribuição Social	38	-	(10.119)
SUPERÁVIT OU DÉFICIT CONTÁBIL		(26.705)	38.761
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.			

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente



**3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (valores expressos em milhares de reais)				
	Capital Social	Reservas	Superávit ou Déficit Contábil Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	378.460	60.771	-	389.285
Reserva Legal	-	1.938	(1.938)	-
Reserva de Lucros	-	27.617	(27.617)	-
Destinação (Dividendos a pagar)	-	-	(9.206)	(9.206)
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	38.761	38.761
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	378.460	90.327	-	475.217
Reserva Legal	-	-	-	-
Reserva de Lucros	-	-	-	-
Reserva Especial (Dividendos)	-	24.763	-	24.763
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	(26.705)	(26.705)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	384.890	115.090	(26.705)	473.275
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.				

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente

**4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019		
(valores expressos em milhares de reais)		
	2020	2019
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	(26.705)	48.880
Depreciações e Amortizações	3.404	3.490
Perdas no Imobilizado	285	2.057
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.178	20.690
Provisão para Perdas no Estoque	1.349	206
Provisão para Contingências	15.962	(26.679)
Provisões Diversas	-	141
Juros sobre Dividendos a Pagar	(925)	925
Receita Orçamentária	(85.403)	(120.418)
Lucro Ajustado:	(84.855)	(73.708)
(Aumento) em Clientes	(18.973)	(11.689)
(Aumento) Redução em Estoque	(6.013)	(2.005)
(Aumento) Redução Impostos a Recuperar	(2.044)	(4.154)
Redução (Aumento) em Despesas Antecipadas	1.153	45
Redução em Outros Créditos	1.092	241
Aumento (Redução) em Fornecedores	(2.575)	3.497
Aumento (Redução) Obrigações Trabalhistas e Tributárias	9.595	7.372
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos no Exercício	(738)	(8.917)
Aumento em Receita Orçamentária a Realizar	(5.946)	7.464
Aumento em TED a Realizar	1.505	4.289
(Redução) Aumento em Precatórios Judiciais	-	(2.525)
Aumento em Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	6.430	-
Aumento em Adiantamento de Clientes	1.945	251
Aumento em Outras Obrigações	(5.351)	2.922
Variações Patrimoniais	(19.921)	(3.209)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(104.776)	(76.917)
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	(6.048)	(1.891)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(6.048)	(1.891)
Receita Orçamentária	85.403	120.418
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	85.403	120.418
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	(25.421)	41.610
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	304.694	263.084
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	279.273	304.694
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	(25.421)	41.610

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente



**5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019		
(valores expressos em milhares de reais)		
	2020	2019
1-RECEITAS	116.382	137.855
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	92.953	110.291
1.2) Outras receitas	16.251	46.708
1.3) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão (Constituição)	7.178	(19.144)
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	163.793	146.964
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	45.822	46.942
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	40.554	32.851
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	285	2.637
2.4) Outras – Despesas Diversas	77.133	64.534
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(47.411)	(9.109)
4- RETENÇÕES	3.404	3.491
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	3.404	3.491
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(50.815)	(12.600)
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	96.762	145.785
6.1) Receitas financeiras	11.360	25.366
6.2) Receita de Subvenção	85.403	120.419
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	45.947	133.185
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	45.947	133.185
8.1) Pessoal e encargos	31.423	30.815
8.1.1- Remuneração direta	27.751	26.515
8.1.2 - Benefícios	1.062	864
8.1.3 - FGTS	2.609	3.435
8.2) Impostos, taxas e contribuições	41.229	63.609
8.2.1 - Federais	17.066	38.544
8.2.2 - Estaduais	23.585	24.750
8.2.3- Municipais	548	315
8.3) Juros s/capital próprio e dividendos	-	9.206
8.4) Superávit retidos/ déficit do exercício	(26.705)	29.556
As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis		

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente



**6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019		
	(valores expressos em milhares de reais)	
	2020	2019
SUPERÁVIT/DÉFICIT CONTÁBIL DO EXERCÍCIO	(26.705)	38.761
Parcela dos Sócios da Controladora	(26.705)	38.761
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
Resultado Abrangente Total	(26.705)	38.761
Parcela de Sócios da Controladora	(26.705)	38.761

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor Presidente

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**7.1. Contexto Operacional**

7.1.1. A Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL[®] foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Geral da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

7.1.2. A IMBEL[®], como empresa estratégica fabril e gerencial, desenvolverá, prioritariamente, suas atividades no Setor de Produtos e Sistemas de Defesa e de Segurança, com estrita observância das Políticas, Estratégias, Planos e Programas do Governo Federal e das diretrizes fixadas, periodicamente, pelo Comandante do Exército para a IMBEL[®], tendo por objeto:

I – colaborar no planejamento fabril e gerencial e na obtenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança por intermédio de transferência de tecnologia, incentivo à implantação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira;

II – colaborar, com base na iniciativa privada, com a implantação e o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa de interesse das Forças Armadas, buscando a redução progressiva de dependência externa de produtos e de sistemas estratégicos de defesa;

III – administrar, industrial e comercialmente, seu próprio complexo fabril de produtos e sistemas de defesa e de segurança e de outros bens cuja tecnologia derive de desenvolvimento de equipamentos de aplicação militar, por força de contingência de pioneirismo, conveniência administrativa e/ou interesse de segurança nacional;

IV – participar na manutenção e da capacidade estratégica da indústria de defesa e de segurança do País; e

V – promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com sua finalidade.

7.1.3. Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL[®]:

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Pág. 7



- I - promover a Base Industrial de Defesa e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a mobilização, a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e a certificação de seus produtos e de terceiros;
- II- gerenciar projetos de interesse da Defesa e da Segurança;
- III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos e sistemas de defesa e de segurança;
- IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para a IMBEL[®] cumprir tanto os seus objetivos, quanto as exigências de mobilização do País;
- V - promover e executar atividades que permitam à IMBEL[®] manter uma infraestrutura adequada às exigências de mobilização e de manutenção da capacidade estratégica fabril e gerencial de defesa e de segurança do País;
- VI – atuar como prestadora de serviços ou representante comercial;
- VII – exportar produtos e sistemas de defesa das Forças Armadas; e
- VIII – apoiar projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação na área de defesa e segurança nacional.

7.1.4. As atividades desenvolvidas pela IMBEL[®] integram a estrutura logística terrestre do País em favor da Soberania Nacional e caracterizam-se por terem elevada complexidade de natureza estratégica e operacional, no ramo de defesa e segurança, necessárias ao imperativo da Segurança Nacional, conforme a Política e a Estratégia Nacional de Defesa.

7.1.5. A IMBEL[®] tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria. Atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção:

Sigla	Localização	Principais produtos
FPV	Piquete – SP	Fabricação de pólvora de base simples, pólvora de base dupla, éter sulfúrico, plastex, dinamites gelatinosas, grãos propelentes base dupla, abrigos temporários de alto desempenho, trinitrotolueno (TNT), nitrocelulose, nitroglicerina e gelatina explosiva.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de sistemas equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos, propelentes, iniciadores e acessórios.

7.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

7.2.1. As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

7.2.2. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 04.03.21.





8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

8.1 Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável. As aplicações financeiras oriundas da fonte própria (Fonte 250) foram realizadas junto ao Banco do Brasil, de acordo com as seguintes legislações: Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º, Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º, Resolução 12/2010 CA/IMBEL®, Macro Função SIAFI 020305 e IN 04 STN de 30/08/2004.

8.2. Instrumentos Financeiros

8.2.1 A classificação dos ativos financeiros é realizada a partir de uma análise das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócios da empresa para a gestão dos ativos.

8.2.2. Os ativos financeiros são classificados nas categorias, abaixo, relacionadas:

8.2.2.1. Custo amortizado: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja receber os respectivos fluxos de caixa contratuais. Nessa categoria, os fluxos de caixa futuros previstos contratualmente devem constituir-se exclusivamente em pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

8.2.2.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: são ativos financeiros geridos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela negociação com transferência substancial de riscos e benefícios.

8.2.2.3. Valor justo por meio de resultado: são ativos financeiros que não se enquadram nas categorias custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou que são, no reconhecimento inicial, designados de forma irrevogável como valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar um descasamento contábil caso fossem mensurados de outra forma.

8.2.3. Os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado. Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal.

8.3. Clientes

8.3.1. São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

8.3.2. A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa considera um indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente perante a Empresa e as flutuações do contexto macroeconômico. As estimativas de perdas foram baseadas em duplicatas de clientes que já possuem histórico presente de cobrança judicial sob litígio.



8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, despesas gerais de produção e importações em andamento.

8.5. Impostos a Recuperar

8.5.1 São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS.

8.5.2. O imposto a recuperar dos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS advém das compras de insumos utilizados na produção e do recebimento das duplicatas das vendas aos Órgãos Públicos, os quais retêm os impostos Federais por força do artigo nº 34 da Lei 10.833/2003.

8.5.3. Os impostos a recuperar são mensalmente compensados com tributos gerados nas operações de saída ou por intermédio de pedidos de ressarcimento junto à Receita Federal do Brasil.

8.6. Despesas Antecipadas

Os custos de serviços a apropriar são compostos por serviços que estão sendo prestados a clientes e a manutenção a apropriar é composta por gastos com a manutenção de máquinas e equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

8.7. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

8.8. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, e pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

8.9. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

8.10. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e perdas por redução ao valor recuperável.



8.11. Adiantamento de Clientes

Corresponde aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável.

8.12. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

8.13. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

8.14. Provisões para Contingências

8.14.1. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

8.14.2. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

8.14.3. Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício.

8.14.4. De acordo com o normativo interno criado pela Assessoria Jurídica da IMBEL® (IN 00.I.6-008 Sistema de informações da IMBEL® – SIMBEL Módulo Jurídico) a classificação das ações quanto à probabilidade de perda provável observará os seguintes critérios:

- a) quando houver Súmula Vinculante desfavorável à Administração;
- b) quando houver ação de controle concentrado de constitucionalidade, com decisão de colegiado do Supremo Tribunal Federal (STF) desfavorável à Administração, ainda que pendente o debate quanto à eventual modulação dos efeitos;
- c) quando houver decisão de órgão colegiado do STF desfavorável à Administração proferida em recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida, ainda que pendente a publicação do acórdão ou o julgamento dos embargos de declaração;
- d) quando houver recurso representativo de controvérsia julgado por órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou do Tribunal Superior do Trabalho (TST) desfavorável à Administração, ainda que pendente a publicação do acórdão ou o julgamento dos embargos de declaração e desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF;



e) quando houver Súmula, Enunciado ou Orientação Jurisprudencial emitida pelo STJ ou TST desfavorável à tese da Administração, desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF;

f) quando na ação judicial houver decisão desfavorável à tese da Administração proferida por órgão colegiado do STF;

g) quando na ação judicial houver decisão desfavorável à Administração proferida por órgão colegiado dos demais Tribunais, desde que não haja matéria passível de apreciação pelo STF; e

h) quando a ação judicial estiver em fase de execução.

8.14.5. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remoto não requerem provisão e divulgação.

8.14.6. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

8.15. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

8.16. Receita Orçamentária

8.16.1. É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência. Referem-se as disponibilidades de recursos financeiros que ingressam nos cofres públicos, sendo uma fonte financeira utilizada pelo Estado em programas e ações, cuja finalidade principal é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

8.16.2. A IMBEL[®] é uma empresa estatal dependente, por isso faz parte do Orçamento Fiscal da União e não do Orçamento das Estatais, e tem seus gastos discricionários classificados nos GNDs (grupos de natureza de despesa) 3 (outras despesas correntes) e 4 (investimento), e seus gastos de pessoal em GND 1 (pessoal e encargos sociais), assim como as outras empresas estatais dependentes da União.

8.16.3. Pelo art. 2º, inciso III da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal), empresa estatal dependente é a empresa controlada que recebe do ente controlador (União) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, neste último caso, os provenientes de aumento de participação societária.

8.17. TED a Realizar

O Termo de Execução Descentralizada - TED constitui instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de ações de interesse recíproco, previsto no Decreto nº 825, de 28 de maio de 1993.



8.18. Tributos

8.18.1. Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% e adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	9%
Pis/Pasep	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	7,6%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	até 5%

8.18.2. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados, de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018. Os déficits acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício.

8.18.3. São excluídos, para fins de apuração da receita bruta, segundo o §4º do artigo nº 12 da lei 12.973, de 13 de maio de 2014, o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI e o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e intermunicipal e de Comunicação – ICMS/ST, quando cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário.

8.18.4. A IMBEL®, em virtude da obrigatoriedade no seguimento pela sistemática tributária de Lucro Real, adota o regime da não cumulatividade para os impostos PIS (programa da integração social) e COFINS (contribuição para o financiamento da seguridade social), previsto na lei nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002.

8.18.5. A Empresa é contribuinte do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e nas vendas a consumidor final de outras UF (Unidades Federativas) sofre a sujeição ao ICMS DIFAL UF ORIGEM (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços diferencial de alíquota das unidades federativas de origem), ICMS sobre vendas DIFAL DESTINO e ICMS do Fundo de Combate a Pobreza, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 87/2015, que realocou, progressivamente, a partilha do ICMS entre os Estados.

8.19. Manutenção da Capacidade Estratégica

Refere-se a gastos relativos à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem compensando a ociosidade dos processos produtivos, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção. Atualmente a IMBEL® possui uma ociosidade anormal produtiva, em virtude de suas plantas fabris possuírem uma capacidade para atender a demandas sazonais de Produtos de uso exclusivo do Exército Brasileiro, importantes para a defesa nacional do Brasil.

8.20. Riscos Inerentes ao Negócio

A IMBEL®, na condição de Empresa Pública Dependente do Orçamento Federal, está sujeita aos seguintes riscos:



8.20.1. Riscos Estratégicos: associados às decisões estratégicas da IMBEL® para atingir os seus objetivos estratégicos, e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Empresa para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente e imagem;

8.20.2. Riscos Operacionais: decorrentes da falta de consistência e adequação dos sistemas de informação, do processamento e do controle de operações, bem como de falhas no gerenciamento de recursos e nos controles internos ou pela ocorrência de fraudes que tornem impróprio o exercício das atividades da Empresa (Ex: produzir e distribuir seus produtos nas condições e prazos estabelecidos);

8.20.3. Riscos de Conformidade ou "Compliance": resultantes de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a empresa pode sofrer como resultado da falha no cumprimento da aplicação de leis, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou das políticas; e

8.20.4. Riscos Financeiros: são classificados em:

8.20.4.1. Riscos de Mercado, que decorrem da possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio e de outros fatores não previstos;

8.20.4.2. Riscos de crédito, definidos como a possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos; e

8.20.4.3. Riscos de liquidez, que indicam a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou a possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

8.21. Moeda Funcional e de Apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da IMBEL® é o Real (R\$).

8.22. Redução ao Valor Recuperável (impairment)

8.22.1. A empresa avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se um ativo, ou grupo de ativos, não é recuperável. Um ativo ou grupo de ativos é considerado como não recuperável se houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa (UGC). Foi utilizado o fluxo de caixa descontado para determinar se o valor em uso das UGCs, calculado para o período de 5 anos. Aplicou-se uma taxa de desconto de 14,4%, baseada na soma das Taxas de Longo Prazo e taxa de risco. Esta última foi equiparada às taxas utilizadas por empresas similares no mercado em que a IMBEL® atua.

8.22.2. Não foram observados, em 2020, indícios internos ou externos de desvalorização significativa em seus ativos, pois não houve registros de mudanças relevantes no ambiente tecnológico, de mercado, econômicos e legais da área comercial em que a IMBEL® atua. Também não ocorreram indicações que o valor do ativo diminuiu significativamente ao ponto de superar as expectativas dos resultados da passagem do tempo ou uso normal.



8.23. Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perdas em Estoques, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

9. DISPONIBILIDADES

R\$ mil	2020	2019
Aplicações Financeiras	266.528	293.272
Tesouro Nacional Fonte 100	1.519	7.881
Tesouro Nacional Fonte 250 ⁽¹⁾	11.226	3.541
Total de Disponibilidades	279.273	304.694

⁽¹⁾ Composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através da Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

10. CLIENTES

10.1. Segmentação

R\$ mil	2020	2019
Clientes - Mercado Interno	58.135	53.519
Cliente – Mercado Externo	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(18.336)	(25.670)
Total de Clientes	39.799	27.849

10.2. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" (PCLD) é constituída levando-se em consideração o seguinte quadro:

Faixa	Contas a Receber	PCLD ⁽¹⁾
R\$ mil	31/12/2020	
Vencidos ⁽²⁾	33.381	(18.336)
Até 30 dias	7.840	(1.811)
31 A 60 dias	6.568	(918)
61 A 90 dias	1.025	(918)
91 A 120 dias	918	(918)
121 A 150 dias	3.870	(918)
151 A 180 dias	1.002	(918)
Acima de 180 dias	12.158	(11.935)
A Vencer	24.754	-
Total Geral	58.135	(18.336)

⁽¹⁾ Excluídas as duplicatas de vendas a Órgãos Públicos dado a sazonalidade no comportamento desses clientes atrelados a seus respectivos trâmites orçamentários.

⁽²⁾ Compreende duplicatas renegociadas em parcelas iguais e que não foram pagas, já estando na esfera de cobrança judicial.

⁽³⁾ Inclui o valor de R\$15.045 milhões em 31.12.2020 de valores a receber de órgãos públicos.



**11. ESTOQUES**

R\$ mil	Custo	Prov. p/ Perdas	Líquido 2020	Líquido 2019
Produtos Acabados	17.817	(186)	17.631	18.390
Produtos em Processo	43.333	(2.705)	40.628	39.484
Matérias-Primas	21.719	(3.410)	18.309	20.047
Materiais Auxiliares	24.046	(5.216)	18.830	15.240
Almoxarifado	9.189	(135)	9.054	6.649
Importações em Trânsito	428	-	428	406
Adiantamento a Fornecedores	-	-	-	-
Compra para Entrega Futura	215	-	215	215
Total de Estoques	116.747	(11.652)	105.095	100.431

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Compensar	-	220
ICMS a Recuperar	46	799
IPI a Recuperar	973	1.736
PIS a Compensar	-	50
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado	544	710
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado	28	2
INSS a Compensar	20	20
IRPJ a Compensar	6.400	3.064
CSLL a Compensar	1.070	436
ICMS DIFAL DF	899	899
Total de Impostos a Recuperar	9.980	7.936

13. DESPESAS ANTECIPADAS

R\$ mil	2020	2019
Custos de Serviços a Apropriar	772	543
Manutenção a Apropriar	990	2.378
Seguros a Apropriar	16	10
Custos a Apropriar	-	-
Total de Despesas Antecipadas	1.778	2.931

14. INVESTIMENTOS

R\$ mil	2020	2019
Terrenos ⁽¹⁾	178	178
Edifícios ⁽¹⁾	122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos ⁽²⁾	2.003	2.003
Total de Investimentos	2.303	2.303

(1) Referem-se a imóveis que foram adquiridos por intermédio de acordo em processo judicial com cliente inadimplente.

(2) Refere-se à participação acionária de 0,91% na empresa. Esse investimento é avaliado pelo método de custo em função dessa participação não apresentar influência significativa, conforme o disposto no artigo nº 244, combinado com o artigo nº 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76, além dessa participação ser inferior a 20% do Capital Social da investida.





15. OUTROS CRÉDITOS

R\$ mil	2020			2019		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	1.210	-	1.210	2.552	-	2.552
Depósitos Judiciais ⁽¹⁾	58	5.450	5.508	57	5.292	5.349
Processo de Desapropriação Imóvel ⁽²⁾	-	1.760	1.760	-	1.689	1.689
Outras	117	246	363	169	327	496
Total de Outros Créditos	1.385	7.456	8.841	2.778	7.308	10.086

(1) Referem-se, principalmente, a depósitos recursais provenientes de processos trabalhistas impetrados contra a IMBEL®.

(2) Refere-se ao imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003.

16. IMOBILIZADO

16.1. Demonstrações

R\$ mil	31.12.2019		30.12.2020				
	Taxa	Saldo	Movimentações	Deprec/Amortz	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo
	Dep.	Contábil					Contábil
Biblioteca	10%	-	-	-	12	(12)	-
Computadores e Perif.	20%	3.247	67	(955)	11.030	(8.672)	2.358
Edifícios	4%	16.962	865	(831)	72.513	(55.517)	16.996
Ferramental/Disposit.	10%	2.130	211	(423)	4.925	(3.007)	1.918
Instalações Administ.	10%	4.165	558	(514)	10.384	(6.174)	4.210
Máquinas e Equip.	10%	52.561	3.646	(7.822)	199.619	(151.234)	48.385
Móveis e Utensílios	10%	3.641	722	(621)	11.544	(7.801)	3.743
Terrenos	-	8.360	(2)	-	8.358	-	8.358
Veículos	20%	838	531	(286)	7.095	(6.011)	1.084
Equip. de Prot. e Seg.	10%	550	-	(60)	600	(110)	490
Aparelh. e equip. de comunic. e eletrônica	20%	-	286	(146)	286	(146)	140
Benfeit. Imov.	10%	562	20	(80)	1.355	(853)	502
Terceiros							
Imobilizações Técnicas		93.018	6.904	(11.729)	327.722	(239.540)	88.184
Bens móveis em elabor.	-	2.420	3.973	-	6.393	-	6.393
Importações em andam.	-	346	114	-	460	-	460
Obras em Andamento	-	19.549	3.447	-	22.996	-	22.996
Pesquisa e Desenvolv.	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado em Andamento	-	22.315	7.534	-	29.849	-	29.849
Total do Imobilizado	-	115.333	14.438	(11.738)	357.571	(239.540)	118.033

16.2. Em conformidade com a Resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL®, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa, foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016. A referida Instrução estabeleceu processos e definiu procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL®, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção e os localizados em áreas de segurança da Empresa.





16.3. Em 2020, visando dar continuidade no cumprimento da determinação da resolução acima citada, foram concretizadas, com a transferência das escrituras em cartório, as seguintes vendas de imóveis não operacionais:

Descrição	Quantidade	Valor Patr. R\$/mil	Valor Venda R\$/mil	Ganho R\$/mil
Casas	2	37	144	107
Terrenos	-	-	-	-
Total	2	37	144	107

Descrição	<u>Quantidade vendida</u>		Ganho R\$/mil
	Casas	Terrenos	
Fábrica Presidente Vargas	-	-	-
Fábrica de Juiz de Fora	-	-	-
Fábrica de Itajubá	-	-	-
Fábrica da Estrela	02	-	107
Total	02	-	107

17. INTANGÍVEL

	Taxa Amort.	31.12.2019	01/01/2020 a 30/12/2020		31.12.2020		
		Saldo Contábil	Movimentações	Amortização	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Softwares	20%	1.422	111	(372)	4.507	(3.346)	1.161
Marcas e Patentes	10%	637	-	(81)	2.558	(2.002)	576
Total do Intangível		2.059	111	(453)	7.065	(5.348)	1.717

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

R\$ mil	<u>2020</u>			<u>2019</u>		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	5.632	1.165	6.797	1.764	2.913	4.677
Estaduais e Municipais	5.721	-	5.721	1.153	-	1.153
Encargos e Contribuições	2.947	-	2.947	2.956	-	2.296
Obrigações Trabalhistas	4.072	-	4.072	3.625	-	3.625
Total	18.372	1.165	19.537	9.498	2.913	12.411

19. RECEITA ORÇAMENTÁRIA A REALIZAR

Refere-se ao recurso disponível do aporte financeiro da União realizado em 2020 e ainda não utilizado no período.





20. TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA A REALIZAR

O Termo de Execução Descentralizada - TED constitui instrumento por meio do qual é ajustada a descentralização de créditos entre órgãos integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para execução de ações de interesse recíproco. A legislação que ampara o presente dispositivo é o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

Valores em R\$ mil

TED	Fábrica Favorecida	Valor a realizar
TED FINEP/IMBEL ⁽¹⁾	Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	1.315
TED EME 20-014-00 ⁽²⁾	Fábrica de Material de Itajubá (FI)	3.599
TED EME 18-069-00 ⁽³⁾	Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	601
TED EME 18-051-00 ⁽⁴⁾	Fábrica de Itajubá (FI)	278
Total		5.793

⁽¹⁾Elaborar as especificações técnicas do TRC-12222, desenvolver seus protótipos mecânicos conceitual e final (versões portátil e veicular) do TRC-1222, desenvolver os protótipos conceitual e final da bateria e desenvolver os protótipos conceitual e final dos módulos de radiofrequência (versões portátil e veicular).

⁽²⁾Fabricar e distribuir 5.308 (cinco mil trezentos e oito) unidades do Fuzil de assalto IMBEL[®] 5,56 IA2 e conjuntos de manutenção do fuzil de Assalto IMBEL[®] 5,56 ia2 de 1º escalão (57 unidades), 2º escalão (07 unidades) e 3º escalão (03 unidades), visando à sustentação da capacidade Operacional do Exército Brasileiro.

⁽³⁾ Integração do hardware e adaptação do software do Terminal de Visualização da Peça (TVP) do Sistema Gênesis Versão 4, para operar na VBCOAP M109 A5 + BR, terminal este que será denominado Terminal de Visualização da Peça Veicular (TVPV/M109).

⁽⁴⁾ Desenvolvimento de protótipos e fabricação do lote piloto do acessório "Kit.22 para Fuzil de Assalto 5,56 IA2.



21. PROVISÕES JUDICIAIS

21.1. Demandas Prováveis

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Cível		
Saldo inicial	3.233	9.528
Constituição	3.028	1.346
Reversão	-	(5.938)
Baixa por pagamento	(3.105)	(1.703)
Saldo final	3.156	3.233
Previdenciária		
Saldo inicial	-	90
Constituição	-	-
Reversão	-	(90)
Baixa por pagamento	-	-
Saldo final	-	-
Trabalhista		
Saldo inicial	8.730	31.992
Constituição	10.651	7.344
Reversão	-	(26.168)
Baixa por pagamento	(3.141)	(4.438)
Saldo final	16.240	8.730
Tributária		
Saldo inicial	7	39
Constituição	-	7
Reversão	7	(39)
Baixa por pagamento	-	-
Saldo final	-	7
Total Demanda	19.396	11.970

21.2. Em 31.12.2020, a IMBEL[®] estava sujeita a 116 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

21.3. Demandas Possíveis

Em 31.12.2020, a IMBEL[®] estava sujeita a 539 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual.

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Cível	6.324	1.038
Previdenciária	5	6
Trabalhista	31.035	19.143
Total Demanda	37.364	20.187



22. PROVISÕES DIVERSAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para férias	10.251	9.996
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	304	557
Provisão Contingências Tributárias ⁽¹⁾	8.535	-
Total de Provisões Diversas	19.090	10.553

(1) Refere-se ao valor apurado por parte da Receita Federal do Brasil em diferenças de entendimentos nos percentuais dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e os índices do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) nas declarações das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, nas competências dos períodos compreendidos entre 09/2013 a 12/2017.

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Outras Contas a Pagar	373	2.371
Materiais de Terceiros em poder da IMBEL ⁽¹⁾	16.385	18.010
Total de Outras Obrigações	16.758	20.381

(1) Refere-se a bens de clientes cedidos à IMBEL [®], de forma temporária, por meio de contratos de comodatos

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

R\$ mil	31/12/2020	ORIGEM
Capital Realizado	378.460	100% UNIÃO
Total	378.460	

24.2 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

R\$ mil	31/12/2020	ORIGEM
AFAC	6.430	100% UNIÃO
Total	6.430	

24.3. Reservas e Resultados à Disposição da Assembleia

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Reserva Legal	5.923	5.923
Reserva para Investimentos	84.404	10.116
Reserva Especial de Dividendos ⁽¹⁾	24.763	-
Total de Reservas	115.090	16.039
Resultado à disposição da Assembleia ⁽²⁾	-	74.288
Déficit do Exercício ⁽³⁾	(26.705)	-

(1) referem-se ao dividendo obrigatório, transformado em reserva especial, devido à situação financeira da Empresa, conforme o § 4º do artigo nº 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

(2) O resultado à disposição da Assembleia foi deliberado a distribuição para as reservas em 30 de outubro de 2020.

(3) Déficit do exercício de 2020 aguardando deliberação da Assembleia.

**25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Vendas Mercado Interno	93.056	89.824
Prestação de Serviço/Revenda	10.622	24.222
IPi sobre Vendas Mercado Interno	(9.848)	(6.595)
Vendas Canceladas	(840)	(3.755)
ICMS Substituição Tributária	(49)	(33)
Vendas Mercado Externo	12	-
Total Receita	92.953	103.663
ICMS	(21.771)	(14.733)
COFINS	(6.199)	(7.787)
PIS	(1.345)	(1.691)
ICMS sobre Vendas DIFAL ORIGEM	-	(4.383)
ICMS sobre Vendas Fundo de Combate a Pobreza	(521)	(377)
ISS	(3)	(40)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(29.839)	(29.011)
Receita Operacional Líquida	63.114	74.652

26. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Custos Vendas Nacionais	(36.735)	(33.891)
Custo Vendas Internacionais	(7)	-
Custos Industrializações	(9.217)	(13.141)
Custo Serviços Prestados	(71)	(58)
Custos Revenda Mercadoria	(5)	(2)
Recuperação de Custos	213	150
Total	(45.822)	(46.942)

27. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA ⁽¹⁾

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Mão de Obra Ociosa	(10.988)	(10.625)
Gastos Gerais de Fabricação com a Ociosidade	(30.233)	(29.833)
Total	(41.221)	(40.458)

(1) O conceito da Manutenção da Capacidade Estratégica está descrito na Nota Explicativa número 8.19.



**28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS**

R\$ mil	31/12/2020	30/12/2019
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais	(35.574)	(35.255)
Serviços de Terceiros PJ	(5.520)	(6.138)
Despesas Legais e Judiciais ⁽¹⁾	(11.190)	(4.832)
Depreciações e Amortizações	(854)	(3.490)
Manutenção e Conservação de Imóveis	(2.171)	(1.948)
Honorário da Diretoria	(1.412)	(1.052)
Manutenção e Conservação de Máq. e Equipamentos	(1.167)	(987)
Demais despesas administrativas	(14.783)	(15.916)
Total de Despesas Administrativas	(72.671)	(69.618)

(1) referem-se aos processos judiciais transitados em julgado em desfavor a IMBEL®.

29. DESPESAS COMERCIAIS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais trabalhistas	(496)	(691)
Provisão/Reversão para devedores duvidosos	123	(20.690)
Comissões de terceiros sobre vendas	(730)	(1.331)
Perdas nos recebimentos de créditos	(987)	(4)
Demais despesas comerciais	(930)	(1.266)
Total de Despesas Comerciais	(3.020)	(23.982)

30. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Tributos Municipais	(575)	(5.223)
Tributos Estaduais	(1.293)	(5.054)
Tributos Federais	(2.034)	(275)
Total de Despesas Tributárias	(3.902)	(10.552)

31. DESPESAS DIVERSAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Provisões Judiciais	(18.087)	(8.697)
Provisões para Contingências Tributárias ⁽¹⁾	(8.534)	-
Impostos a compensar prescritos	-	(5.136)
Despesa com Pesquisas	(3.324)	(3.782)
Refugos	(2.012)	(1.977)
Provisão para Perdas em Estoques	(1.923)	(1.550)
Garantia da Qualidade dos Produtos	(1.632)	(1.274)
Provisão para Danos ao Meio Ambiente	(23)	(17)
Variação de Estoques	401	542
Outras despesas Indedutíveis	(285)	-
Total de Despesas Diversas	(35.419)	(21.891)

(1) Refere-se ao valor apurado por parte da Receita Federal do Brasil em diferenças de entendimentos nos percentuais dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) e os índices do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) nas declarações das Guias de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP, nas competências dos períodos compreendidos entre 09/2013 a 12/2017.



**32. RECEITAS DIVERSAS**

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de Provisões Judiciais	12.435	39.757
Recuperação de Títulos e Despesas	152	2.659
Outras Receitas Operacionais	125	-
Total de Receitas Diversas	12.712	42.416

33. DESPESAS FINANCEIRAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Variações Cambiais Passivas	(89)	(1.379)
Multas	(348)	(748)
Juros s/Tributos	(5)	(25)
Juros Passivos	(29)	(21)
Despesas Bancárias	(2)	(6)
Descontos Concedidos	(3)	-
Total de Despesas Financeiras	(476)	(2.179)

34. RECEITAS FINANCEIRAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	10.812	18.150
Multas s/ Recebimentos ⁽¹⁾	332	5.028
Juros Ativos	71	1.456
Variações Cambiais Ativas	128	711
Descontos Obtidos	17	21
Total de Receitas Financeiras	11.360	25.366

(1) O valor de R\$332 (em milhares de reais), registrado na rubrica de Multas s/ Recebimentos refere-se:

a) A multa aplicada aos clientes da Empresa, por descumprimento de cláusula contratual;

b) Cobrança de multa a fornecedores por atraso na entrega de mercadorias.

35. OUTRAS DESPESAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Perdas no Imobilizado	(285)	(2.057)
Despesas com doações	-	(580)
Outras Despesas	(16)	(5)
Total de Outras Despesas	(301)	(2.642)

36. OUTRAS RECEITAS

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Ganhos no Imobilizado	179	2.657
Vendas de Sucatas	15	757
Alugueis	971	397
Outras Receitas	2.373	481
Total de Outras Receitas	3.538	4.292



37. RECEITA ORÇAMENTÁRIA

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Recurso para pagamento da Folha de Pessoal e Benefícios ⁽¹⁾	24.699	103.323
Recurso para pagamento de Demandas Judiciais	11.497	5.691
Recurso para pagamento de Demais Custeios	49.207	11.404
Total	85.403	120.418

(1) Houve uma redução no aporte Orçamentário da União utilizado pela IMBEL® para pagamento da Folha de Pessoal e Benefícios em 2020 no patamar de 76% em relação ao ano de 2019, o que significou uma maior participação da Empresa com os recursos originários das suas atividades comerciais nas referidas obrigações.

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

38.1. Demonstração da Despesa de IR e CSLL

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Valores Correntes		
IR e CS no País	-	(10.119)
Valores diferidos	-	-
IR e CS no País	-	-
Total	-	(10.119)

38.2. Conciliação dos encargos com IR e CSLL

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos ⁽¹⁾	26.705)	48.880
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (9%)	-	(16.619)
Diferido não constituído sobre diferenças temporárias	-	1.772
Diferido não constituído sobre déficit fiscal e base negativa de CSLL	-	4.461
Demais	-	267
Total	-	(10.119)

(1) A IMBEL® apresentou prejuízo fiscal com base negativa em 2020.

39. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações dos empregados e administradores da Empresa no mês de dezembro de 2020 estão discriminadas a seguir:

39.1 Maior e menor remuneração

Em R\$	31.12.2020	31.12.2019
Empregados		
Menor salário	1.275,46	1.247,52
Maior salário	15.167,63	14.970,03
Dirigentes		
Diretor-Presidente	20.136,72	20.136,72
Vice-Presidente Executivo	19.129,88	19.129,88
Diretores	18.123,04	18.123,04
Conselheiros		
Conselho Administração	2.017,87	2.017,87
Conselho fiscal	2.017,87	2.017,87
Comitê de Auditoria (COAUD)	4.000,00	4.000,00





39.2 Salário médios

Em R\$	31.12.2020	31.12.2019
Empregados	2.124,12	2.185,71
Dirigentes	18.626,46	18.626,46

40. PARTES RELACIONADAS

40.1. A definição na IMBEL[®] aplica-se ao seu órgão controlador, a UNIÃO, empresas coligadas ou parceiras e a todos os demais colaboradores da IMBEL[®], com ênfase naqueles que possuem poderes delegados de decisão, tais como conselheiros, diretores, chefes, gerentes, membros de comitês, colegiados e comissões.

40.2. A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir:

R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	1.519	7.881
Passivo Circulante		
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar)	50.048	87.641
Receita		
Receita Orçamentária para Custeio e Pagamento de Pessoal	85.403	120.418
Receita de Vendas para Órgãos Governamentais	47.053	59.593
Despesas		
Honorários dos Administradores	(1.412)	(1.052)
Comitê de Auditoria	(144)	(144)

40.3. A IMBEL[®] possui, em seu quadro funcional, militares da ativa cedidos dos quais fazem jus ao recebimento da GARI (Gratificação por Atividade Relevante à IMBEL[®]). Em consonância ao artigo 10º do Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, a IMBEL[®] não efetua o reembolso dos salários dos militares às Forças Armadas por ser uma Empresa Dependente do Orçamento da União. No ano de 2020 o pagamento efetuado da GARI resumiu-se conforme quadro a seguir:

	2020		2019	
	Quantitativo de Militares em 31/12/2020	Valor Pago	Quantitativo de Militares em 31/12/2019	Valor Pago
Nível III	68	778.381,91	80	900.945,98
Nível IV	01	13.849,93	01	31.534,91
Total	69	792.231,84	81	932.480,89

Em R\$





41. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

41.1. A IMBEL® ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64, e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para sua execução financeira e orçamentária.

41.2. A IMBEL®, como empresa pública de grande porte, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

41.3. Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64. O quadro a seguir demonstra a conciliação efetuada:

R\$ mil	Lei nº 6.404/76 Lei das S/A.	Lei nº 4.320/64 Contab. Pública	Diferenças
Ativo Circulante	437.310	434.175	3.135
Ativo Não Circulante	129.509	140.855	(11.346)
Total do Ativo	566.819	575.030	(8.211)
Passivo Circulante	92.379	69.977	22.402
Passivo Não Circulante	1.165	1.914	(749)
Patrimônio Líquido	473.275	503.139	(29.864)
Total do Passivo	566.819	575.030	(8.211)

41.4. Pelo comparativo destacado, anteriormente, as diferenças se distribuem da seguinte forma:

Ativo Circulante	Diferenças	Passivo Circulante	Diferenças
Impostos a Recuperar	3.575 (b)	Fornecedores	762 (c)
Estoques	(2.519) (c)	Receita Orçamentária a realizar	7.312 (a)
Despesas a apropriar	2.080 (c)	Créditos da União/Tributos	9.878 (a)
		Provisões	4.450 (a)
Total	3.135	Total	22.402
Ativo não Circulante	Diferenças	Passivo não Circulante	Diferenças
Imobilizado	(6.014) (c)	Patrimônio Líquido	Diferenças
Intangível	(3.088) (c)	Dividendos Obrigatórios	(24.763) (a)
Outros Créditos	(2.244) (a)	Resultado Acumulado	(5.101) (a)
Total	(11.346)	Total	(29.864)

a) lançamentos efetuados no sistema DATASUL após o encerramento do SIAFI em dezembro de 2020.

b) valor referente lançamentos não apropriados de impostos apurados após o encerramento do SIAFI.



c) espaço temporal de registro entre SIAFI (liquidação da despesa) e DATASUL (ato da entrada do bem ou serviço).

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Aporte Orçamentário da União para a IMBEL®, na condição de Empresa Dependente, para o ano em 2020 sofreu uma significativa redução em torno de 29% em relação ao exercício de 2019. A tendência para o ano de 2021 é que a Receita Orçamentária registrada contabilmente sofra uma redução de aproximadamente metade dos valores, o que poderá ocasionar em baixas nas aplicações financeiras da Empresa e redução do lucro.

Renato Mitrano Perazzini
Diretor Administrativo-Financeiro

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Aderico Visconte Pardi Mattioli
Diretor-Presidente

Este texto não substitui o original. Caso necessite do mesmo assinado, solicito que entre em contato pelo nosso e-mail institucional (institucional@imbel.gov.br)"

[illegible]



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020**

Aos

Acionistas, Diretores e demais Administradores da

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL

Setor do Quartel General do Exército, S/N – Bloco H, 3 Pavimento – CEP. 70.630-901

Brasília-DF – CNPJ: **00.444.232/0001-39**

1) Opinião sem ressalva:

Examinamos as demonstrações contábeis da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL – IMBEL** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à IMBEL, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Ênfase

Mantendo nossa opinião inalterada enfatizamos como mencionado na nota explicativa nº 42 – Eventos Subsequentes que passamos a transcrever:

O Aporte Orçamentário da União para a IMBEL, na condição de Empresa Dependente, para o ano em 2020 sofreu uma significativa redução em torno de 29% em relação ao exercício de 2019. A tendência para o ano de 2020 é que a Receita Orçamentária

registrada contabilmente sofra uma redução de aproximadamente metade dos valores, o que poderá ocasionar em baixas nas aplicações financeiras da Empresa e redução do Lucro.

4) Outros Assuntos

4.1. Demonstração do Valor Adicionado

Revisamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA) individual referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da **IMBEL** essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a concluir que não foi elaborada, em seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais, tomadas em conjunto.

4.2. Relatório de Administração

A administração da **IMBEL** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.3. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores, cujo relatório emitido em 18 de maio de 2020, sem modificação de opinião.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **IMBEL** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **IMBEL** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **IMBEL** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **IMBEL**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **IMBEL** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 03 de março de 2021



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

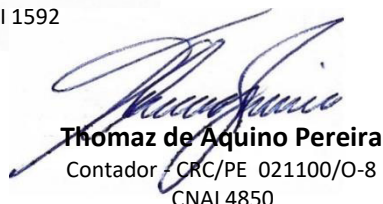
Contador - CRC/PE 010483/O-9

Sócio Sênior – CNAI 1592


Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2

CNAI 4747


Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8

CNAI 4850